



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2019/011189**

**Requerente: Divisão de Patrimônio e Material**

**Assunto: Dispensa de Licitação - Intercomunicadores e relógios de parede**

---

**PARECER**

Cuidam os autos de solicitação oriunda da Divisão de Patrimônio e Material, para aquisição de **10 (dez) intercomunicadores**, por meio da contratação direta da empresa **SONATEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, por **dispensa de licitação**, no valor total de **R\$ 11.573,00 (onze mil, quinhentos e setenta e três reais)**, e para aquisição de **04 (quatro) relógios de parede**, por meio da contratação direta da empresa **THS BEZERRA EIRELLI**, por **dispensa de licitação**, no valor de **R\$ 1.267,20 (hum mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 12.840,20 (doze mil, oitocentos e quarenta reais e vinte centavos)** para as aquisições pretendidas, conforme extrato e resumo de cotação de preços às fls.123/124. O Termo de Referência com as especificações do objeto e a justificativa para a aquisição foi juntado às fls.30/35.

É o relatório.

Inicialmente, em atenção ao art.6.º, IX da Lei nº 8.666/93 e ao art.3.º da Lei n.º 10.520/2002, às fls. 24/29, foi juntado aos autos o Estudo Técnico Preliminar, contemplando a primeira etapa do planejamento da contratação.

Cumprir registrar que o presente parecer fará a análise estritamente jurídica, possuindo caráter opinativo, e abrangendo tão somente os aspectos legais e formais para a regular instrução processual.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, bem como o art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93, a necessidade de processo licitatório para contratações feitas pelo Poder Público com terceiros. No entanto, os dispositivos citados reconhecem a existência de exceções à regra, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

O legislador Constituinte, portanto, admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma direta, contratações sem a realização de certame licitatório. No caso de dispensa, a aquisição deve se enquadrar em uma das hipóteses estabelecidas pelo art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Da análise das hipóteses elencadas no dispositivo em tela constata-se que a licitação é dispensável nos casos de compras de até R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), conforme limite estabelecido pelo inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (alterado pelo Decreto nº 9.412/2018 – vigente desde 18/07/2018):

**Art. 24. É dispensável a licitação:**

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (Destques não contidos no original)

**Decreto nº 9.412/2018:**

Art. 1º Os valores estabelecidos nos [incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:  
a) **na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);**  
b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e  
c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).  
(Destques não contidos no original)

Em razão do preceito acima descrito, foi proposta a formalização de despesa, na forma elencada no Termo de Referência (fls.30/35), tendo apresentado a melhor proposta:

- 1) **Fornecimento de intercomunicadores** - SONATEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ n.º 06.968.262/0001-20 - R\$ 11.573,00 (onze mil, quinhentos e setenta e três reais)
- 2) **Fornecimento de Relógios de Parede** - THS BEZERRA EIRELLI, CNPJ n.º 09.068.212/0001-85 - R\$ 1.267,20 (hum mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

*In casu*, a cotação da compra alcançou o valor total de **R\$ 12.840,20 (doze mil, oitocentos e quarenta reais e vinte centavos)**, sendo R\$ 11.573,00 (onze mil, quinhentos e setenta e três reais) para a aquisição de intercomunicadores e R\$ 1.267,20 (hum mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte centavos) para aquisição de relógios de parede, montante que pode ser adquirido de forma direta pela Administração, vez que se encontra dentro do limite de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) acima destacado.

A Divisão de Orçamento e Finanças, às fls.128, apontou a disponibilidade financeira e orçamentária para a aquisição pretendida através da Nota de Dotação n.º 2019ND01654.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

De acordo com a Informação n.º 14/2019-DL (fl.129), até a presente data, no exercício financeiro corrente, não consta registro da emissão de empenho na natureza de despesa 4490.52.06 - Aparelhos de Comunicação. Há registro da emissão de Nota de Empenho na natureza de despesa 4490.52.42 Mobiliário em Geral, por Dispensa de Licitação (art. 24 da Lei de Licitações - Lei n.º 8.666/93), conforme Nota de Empenho 2019NE00250, no valor de R\$4.370,00, emitida nos autos do Processo Administrativo n.º 2019/011189. Não foi encontrado processo administrativo anterior no qual se possa presumir a ocorrência futura de empenho na natureza de despesa mencionada, por Dispensa de Licitação (ar. 24, II da Lei n.º 8.666/93). Não há registro da realização de empenhos, tendo como credores as empresas SONATEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ n.º 06.968.262/0001-20 e THS BEZERRA EIRELLI, CNPJ n.º 09.068.212/0001-85 , por Dispensa de Licitação, no exercício financeiro corrente.

Com base nisso e, considerando que a compra foi enquadrada nos elementos de despesa “4490.52.06 - Aparelhos de Comunicação” e “ 4490.52.42 Mobiliário em Geral”, é possível a contratação direta das empresas SONATEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, e THS BEZERRA EIRELLI, a teor do citado art. 24, II da Lei nº 8.666/93, posto que a aquisição tem valor inferior a R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) e não se refere à parcela de compra de maior vulto.

Frise-se, por fim, a necessidade de que toda dispensa de licitação seja devidamente publicada.

Ante o exposto, esta Assessoria Administrativa **opina favoravelmente** à contratação da empresa SONATEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ n.º 06.968.262/0001-20, no valor de **R\$ 11.573,00 (onze mil, quinhentos e setenta e três reais)**, para o fornecimento de 10 (dez) intercomunicadores e à contratação da empresa **THS BEZERRA EIRELLI, CNPJ n.º 09.068.212/0001-85**, no valor de **R\$ 1.267,20 (hum mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)**, para fornecimento de 04



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

(quatro) relógios de parede analógicos, por dispensa de licitação, em razão do preço se enquadrar no limite estabelecido pelo art. 24, II da Lei nº 8.666/93.

Destaque-se, ainda, que o pagamento por parte deste Tribunal de Justiça à empresa vencedora ficará condicionado à apresentação de certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, válidas, bem como consulta ao SICAF.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente parecer à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, 31 de julho de 2019.

**Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho**  
Diretor da Assessoria Administrativa da SGA